12 — Cada coordenador operacional dos POOC apresentará, semestralmente, ao Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades um relatório das acções desenvolvidas no âmbito da sua actuação.

13 — O apoio técnico e administrativo necessário ao desenvolvimento das tarefas cometidas aos coordenadores operacionais dos POOC e respectivas equipas é prestado pelas entidades onde se inserem.

3 de Fevereiro de 2006. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*.

Despacho n.º 6044/2006 (2.ª série). — Pretende a Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S. A., no âmbito da implantação do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro, executar o projecto do subsistema de águas residuais de São João de Lobrigos-Alvações do Corgo, no concelho de Santa Marta de Penaguião, utilizando para o efeito 6648 m² de terrenos afectos à Reserva Ecológica Nacional do concelho de Santa Marta de Penaguião, por força da delimitação constante da Resolução do Conselho de Ministros n.º 92/97, de 11 de Junho.

O projecto do subsistema de águas residuais de São João de Lobrigos contempla a construção de uma ETAR, uma estação elevatória, quatro emissários gravíticos, com uma extensão total de 2912 m, e uma conduta elevatória com uma extensão total de 525 m.

A ETAR localiza-se no concelho de Santa Marta de Penaguião, sendo que o local de implantação da mesma, com a área total de 1762 m², se situará na margem direita do rio Corgo.

Considerando que a aplicação deste projecto vem alterar a actual situação, permitindo que as populações das povoações de Alvações do Corgo, Azinheira, Rapada, e Serrinho, na freguesia de Alvações do Corgo, e Bairro, Bouça, Casarias, Fial, Fontão, Massa, Matos, Netos, Poeiro, Pombal, São Gonçalo, Santo Estêvão e Travessa, pertencentes à freguesia de São João de Lobrigos, passem a dispor de um sistema de saneamento adequado aos efluentes produzidos, contribuindo, inclusivamente, para uma substancial melhoria das funcionalidades ambientais dos sistemas da Reserva Ecológica Nacional;

Considerando que o tratamento e destino final das águas residuais constitui um serviço público fundamental para a saúde e o bem-estar das populações, contribuindo, inclusivamente, para a preservação do ambiente;

Considerando as justificações apresentadas pela Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S. A., para a localização e realização desta obra;

Considerando a área total da Reserva Ecológica Nacional a afectar, com incidência quase exclusiva em áreas com risco de erosão;

Considerando que, de uma forma geral, a longo prazo, esta obra provocará mais benefícios que prejuízos, potencializando as funcionalidades dos sistemas da Reserva Ecológica Nacional envolvidos, principalmente os leitos de cursos de água e as áreas de máxima infiltração;

Considerando o parecer favorável condicionado emitido pelo Instituto da Conservação da Natureza no que concerne à ocupação de áreas integradas na Rede Natura 2000 (Sítio Alvão-Marão);

Considerando o parecer favorável da Comissão Regional de Reserva Agrícola de Trás-os-Montes relativamente à utilização não agrícola dos solos afectos à Reserva Agrícola Nacional;

Considerando o parecer favorável condicionado emitido pela Divisão Sub-Regional de Vila Real da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte relativamente à utilização do domínio hídrico;

Considerando o parecer do Gabinete Técnico Intermunicipal do Alto Douro Vinhateiro;

Considerando que a disciplina constante do Regulamento do Plano Director Municipal do concelho de Santa Marta de Penaguião, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 21/95, de 21 de Março, não obsta à concretização do projecto;

Considerando que a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte emitiu parecer favorável condicionado ao cumprimento das medidas nele descritas, e das medidas de minimização enunciadas pela Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S. A.;

Considerando as medidas minimizadoras enunciadas pela Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S. A., a aplicar na fase de construção e exploração, tendo em conta a sensibilidade e vulnerabilidade dos sistemas da Reserva Ecológica Nacional a afectar, bem como das características da obra, na fase de construção, a Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S. A., deverá dar ainda cumprimento às medidas de minimização/recomendações expressas no parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, designadamente:

A Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S. A., nas situações de transposição de linhas de água, não deverá diminuir as secções de vazão, restituindo, assim que possível, a sua secção,

mantendo as mesmas limpas, desimpedidas de entulhos ou quaisquer outros resíduos no final da obra;

Os muros marginais de suporte de terra devem ser devidamente repostos e consolidados nas situações de atravessamento de linhas de água;

Deverá ser garantida a perfeita consolidação e estabilidade dos muros de suporte da ETAR, assim como do caminho, devendo ainda, por razões de segurança, ocorrer e rematação por guarda-corpos;

A Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S. A., deverá obter a autorização formal dos proprietários marginais para a intervenção dentro dos limites das suas propriedades, especialmente quando estas se verificarem em faixas marginais de serventia das linhas de água;

A Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S. A., deverá responsabilizar-se pela integridade de muros de suporte de terras, canais de rega ou de drenagem e, de um modo geral, de todas as utilizações que venham a ser interceptadas pelos emissários, a funcionalidade e estabilidade das linhas de água intervenções e, nos casos de transposição previstos, não prejudicar nunca a respectiva secção de vazão;

A área de intervenção deverá ser confinada ao mínimo necessário para a execução das obras, no que respeita a escavações, aterros e locais de depósito de material, devendo os trabalhos desenvolver-se paralelamente à implantação dos emissários, numa faixa de aproximadamente 5 m;

Os pontos de atravessamento e movimento de maquinaria devem efectuar-se sempre pelos mesmos locais, perpendicularmente ao traçado dos emissários, de modo a evitar a destruição do coberto vegetal existente e a compactação excessiva do terreno;

A rejeição de resíduos em linhas de água é proibitiva, tendo estes de ser encaminhados para um depósito adequado, fora da Reserva Ecológica Nacional;

A interdição de queima de resíduos ou entulhos a céu aberto é proibitiva;

As operações de manutenção dos equipamentos terão de efectuar-se em locais próprios, de modo a evitar derrames acidentais de combustíveis e ou lubrificantes;

O tempo de trabalho deverá ser restrito ao mínimo indispensável; Deverá proceder-se à limpeza e renaturalização das áreas afectadas pelo projecto, após a conclusão dos trabalhos, nomeadamente procedendo-se à descompactação dos solos, com recurso a escarificação ou gradagem;

Assim, desde que cumpridas as medidas de minimização anteriormente referidas, além das medidas enunciadas pela Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S. A., pelo Instituto de Conservação da Natureza e pelo Gabinete Técnico Intermunicipal do Alto Douro Vinhateiro, considera-se estarem reunidas as condições para o reconhecimento do interesse público e consequente autorização de utilização dos solos classificados como Reserva Ecológica Nacional:

Determino:

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 213/92, de 12 de Outubro, e no exercício das competências delegadas pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, nos termos do despacho n.º 16 162/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 25 de Julho de 2005, é reconhecido o interesse público da construção do emissário gravítico (EG) 01, EG02, EG03 0000e EG04 e da ETAR do subsistema de águas residuais de São João de Lobrigos-Alvações do Corgo, no concelho de Santa Marta de Penaguião, sujeito ao cumprimento dos condicionamentos acima referidos, o que a não acontecer determina a obrigatoriedade de o proponente repor os terrenos no estado em que se encontravam à data imediatamente anterior à emissão deste despacho, reservando-se ainda o direito de revogação futura do presente acto.

8 de Fevereiro de 2006. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*.

Despacho n.º 6045/2006 (2.ª série). — Pretende a Águas do Cávado, S. A., instalar um conjunto de infra-estruturas de abastecimento de água, mais especificamente concretizar o sector de Mariz, no concelho de Barcelos, utilizando para o efeito 2938 m² de terrenos afectos à Reserva Ecológica Nacional do concelho de Barcelos, por força da delimitação constante da Resolução do Conselho de Ministros n.º 43/96, de 17 de Abril.

O projecto consiste na ampliação do sistema multimunicipal de abastecimento de água ao Baixo Cávado e Ave, encontrando-se prevista a instalação de uma conduta adutora elevatória em ferro fundido dúctil (FFD), diâmetro nominal (DN) de 150 mm, que liga a estação elevatória de Perelhal, já construída, ao reservatório de Mariz, a construir, uma conduta de distribuição em FFD DN de 200 mm, instalada

paralelamente à conduta anterior, uma conduta de adução gravítica que liga o reservatório de Perelhal ao reservatório de Vilar do Monte, FFD DN de 200 mm, e um reservatório bicelular, em Mariz, com um volume total de 800 m³, podendo o mesmo ser ampliado para 1200 m³ caso se opte por construir uma terceira célula, além dos seus acessos.

Considerando as justificações apresentadas pela Águas do Cávado, S. A., para a localização e realização desta obra;

Considerando o parecer favorável emitido pela Divisão Sub-Regional de Braga da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte relativamente à utilização do domínio hídrico;

Considerando que a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte emitiu parecer favorável condicionado ao cumprimento das medidas nele descritas, e das medidas de minimização enunciadas pela Águas do Cávado, S. A.;

Considerando, ainda, que a disciplina constante do Regulamento do Plano Director Municipal do concelho de Barcelos, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 64/95, de 4 de Julho, não obsta à concretização do projecto, desde que, no que respeita ao projecto do reservatório, seja dado cumprimento à alínea d) do n.º 5.1 do artigo 42.º do Regulamento do Plano Director Municipal respectivo:

«Só poderão ser permitidas construções destinadas a equipamentos públicos ou privados de interesse municipal reconhecido desde que devidamente justificadas por estudos de enquadramento da envolvente.»

Considerando as medidas de minimização enunciadas pela Águas do Cávado, S. A., a aplicar na fase de construção, tendo em conta a sensibilidade e vulnerabilidade do sistema da Reserva Ecológica Nacional a afectar, bem como das características da obra, na fase de projecto e construção, a Águas do Cávado, S. A., deverá dar ainda cumprimento às medidas de minimização/recomendações expressas no parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, designadamente:

Deverá ser confinada ao mínimo necessário a área de intervenção para a execução da obra, no que respeita a escavações, aterros e locais de depósito de material;

A queima de resíduos ou entulhos a céu aberto é interdita; As operações de manutenção dos equipamentos terão de ser efectuadas em locais próprios, de modo a evitar derrames acidentais de combustíveis e ou lubrificantes;

Deverá ser restringido o tempo de trabalho ao mínimo indispensável;

Terá de se proceder à limpeza e renaturalização das áreas afectadas pelo projecto após a conclusão dos trabalhos, nomeadamente procedendo-se à descompactação dos solos, com recurso a escarificação ou gradagem, à execução de trabalhos de plantação/sementeira com espécies autóctones e à remoção de todos os materiais sobrantes;

Considerando que a colocação em prática deste projecto trará visíveis vantagens para a população das freguesias beneficiadas, desde que cumpridas as medidas de minimização propostas no parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte;

Assim, desde que cumpridas as medidas anteriormente referidas, considera-se estarem reunidas as condições para o reconhecimento do interesse público e consequente autorização de utilização dos solos classificados como Reserva Ecológica Nacional.

Determino:

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 213/92, de 12 de Outubro, e no exercício das competências delegadas pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, nos termos do despacho n.º 16 162/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 25 de Julho, é reconhecido o interesse público do projecto de ampliação do sistema multimunicipal de abastecimento de água ao Baixo Cávado e Ave, nomeadamente a instalação das tubagens e do reservatório de Mariz, com os seus acessos, no concelho de Barcelos, sujeito ao cumprimento dos condicionamentos acima referidos, o que a não acontecer determina a obrigatoriedade de o proponente repor os terrenos no estado em que se encontravam à data imediatamente anterior à emissão deste despacho, reservando-se ainda o direito de revogação futura do presente acto.

8 de Fevereiro de 2006. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*.

Despacho n.º 6046/2006 (2.ª série). — Pretende a Câmara Municipal de Gondomar concretizar as intervenções, decorrentes da implementação do Programa Polis Gondomar, do denominado

«Troço C — Núcleo histórico de Gramido» utilizando para o efeito 2715,44 m² de terrenos afectos à Reserva Ecológica Nacional do concelho de Gondomar, por força da delimitação constante da Resolução do Conselho de Ministros n.º 173/2003, de 29 de Agosto.

O local de intervenção desenvolve-se ao longo da margem do rio Douro, mais especificamente entre a zona de confluência da ribeira da Archeira com o rio e o cruzamento da Travessa da Convenção de Gramido com a EN 108.

Limitada a norte pela EN 108, a área de intervenção abrange a encosta, vertentes inundáveis e leito de cheia, pelo que todo o projecto resulta da criação de uma sucessão de patamares e plataformas, alterando com zonas de talude, devidamente suportadas por uma rede de percursos.

Para a área a interencionar está projectada a criação de zonas verdes, zonas verdes de enquadramento e locais de estada, interligadas entre si por uma rede de percursos que contemplará acessos de circulação automóvel, percursos de circulação pedonal e percursos cicláveis.

Para além desta estrutura de circulação prevista, propõe-se ainda a ligação desta área ao parque verde da cidade (a norte) através da implantação de um atravessamento pedonal (ao longo da ribeira da Archeira com o cruzamento da EN 108). É ainda criada uma zona de interface entre carreiras de autocarros locais.

São ainda propostos vários equipamentos, tais como instalações sanitárias públicas e estruturas/equipamentos de apoio ao espaço público: pérgola, bancos, papeleiras, bebedouros e contentores para recolha selectiva dos lixos (incluindo lixos orgânicos). Prevê-se igualmente a introdução de elementos enriquecedores de todo o meio envolvente.

Considerando que o plano estratégico e o programa preliminar que consubstanciaram este projecto definiram como objectivos, de âmbito ambiental, da estratégia de sustentabilidade urbana a prosseguir:

O estabelecimento de uma política de ordenamento, protecção e valorização dos corredores verdes que descem a encosta e terminam dentro da área de intervenção;

A valorização do património paisagístico, arbóreo, florístico e faunístico da área de intervenção, mediante a consolidação e reforço dos recursos existentes e a reintrodução de espécies autóctones desaparecidas ou em vias de extinção, recorrendo-se complementarmente à implantação de novas espécies ambientalmente adequadas que permitam a qualificação ambiental da área em termos intrínsecos e em termos de fruição;

O estabelecimento de um programa de sensibilização ambiental com uma vertente destinada a residentes e outra a visitantes, que associe a população residente e forasteira à preservação e à valorização ambiental da área do rio Douro;

O estabelecimento de uma política de fomento e requalificação das actividades fluviais e balneares, com consequências nos diversos âmbitos de intervenção: paisagem, mobilidade urbana, turismo, acessibilidade, espaços públicos, reabilitação do edificado e fomento empresarial;

Considerando que o plano estratégico e o programa preliminar que consubstanciaram este projecto definiram ainda como objectivos específicos:

A valorização e requalificação dos espaços públicos e não públicos, designadamente as praias e a margem;

A valorização e restauro das linhas de água e promoção da sua condição de corredores verdes;

A valorização e gestão dos espaços florestais, privilegiando a condução e arborização com espécies autóctones;

A criação de ciclovia, circuito(s) de manutenção e acessibilidade de emergência, para manutenção de equipamentos e infra-estruturas e para abastecimento, quando for o caso;

A valorização e beneficiação de caminhos existentes;

A definição de normas para iluminação pública, mobiliário e sinalização, bem como cores e materiais de acabamento para construções e publicidade;

A identificação de locais para atracadouros, em conjugação com o Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos;

Considerando que estes objectivos se integram nos objectivos gerais definidos no Plano de Urbanização de São Cosme e Valbom;

Considerando que este projecto tem como objectivo a requalificação urbana e ambiental da área em questão, pressupondo a construção e recuperação de algumas edificações existentes, de forma a qualificar o conjunto urbano de Gramido (Casa Branca, Clube Naval, núcleo histórico de Gramido);

Considerando, nestes termos, tratar-se de um projecto de reconhecido interesse municipal e público;